

## ***Curriculum Vitae***

### **I – DADOS PESSOAIS**

**Nome:** Tiago José Pires Duarte

**Nascimento:** Lisboa, 05/12/1972

**Nacionalidade:** Portuguesa

**Morada profissional:** Avenida Fontes Pereira de Melo, 43, 1050-119, Lisboa

**Telefone:** 00351 965808109

**E-mail:** tiago.duarte@plmj.pt

### **II – SITUAÇÃO ACTUAL**

- Professor de **(i)** Direito Constitucional, na licenciatura em Direito, **(ii)** de Investor-State Arbitration, no LLM – Law in a European and Global Context, **(iii)** de Execução de Contratos Administrativos, no mestrado de Direito Administrativo, e **(iv)** de Recursos para o Tribunal Constitucional, no mestrado Forense, da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa;
- Consultor-Sénior da Sociedade de Advogados PLMJ – Advogados, SP, RL (Departamento de Direito Público);
- Árbitro e advogado em diversas arbitragens nacionais e internacionais (CCI, OHADA, ICSID, *Ad-Hoc*) e Presidente da Comissão para a Arbitragem de Investimentos da APA – Associação Portuguesa de Arbitragem.
- Membro do Painel de Árbitros indicados por Portugal para o ICSID (1 de 4 membros indicados)

### **III – QUALIFICAÇÕES ACADÉMICAS**

- Licenciatura em Direito (Ciências Jurídico-Políticas), 1990-95, pela Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade de Lisboa, (classificado em 1º lugar, com média final de 17 valores);
- Apresentação ao concurso para a contratação de Assistentes Estagiários na Faculdade de Direito de Lisboa (Ciências Jurídicas), em 1997, com um Estudo intitulado “*In Vitro Veritas? A Procriação Medicamente Assistida na Constituição e na Lei*” (classificado em 1º lugar);
- Doutoramento em Direito Público, com a Dissertação de Doutoramento, com o título “*A Lei por detrás do Orçamento – A questão constitucional da Lei do Orçamento*”, aprovada com distinção e louvor por unanimidade, em 2005. (Dissertação realizada com o apoio da FCT, através de bolsa de doutoramento);

- Professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

#### **IV – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**

- Contencioso Constitucional e Administrativo;
- Contratação Pública;
- Execução, modificação e resolução de contratos administrativos (concessões, em particular);
- Assessoria jurídica e Parecerística em matérias de Direito Constitucional, Administrativo e Finanças Públicas;
- Arbitragens nacionais e internacionais (*ad hoc*, ICC, OHADA e ICSID), como advogado;
- Arbitragens nacionais e internacionais, como árbitro, árbitro-único e árbitro-presidente (*ad hoc* e CCI) e como *legal expert* (duas arbitragens do ICSID).

#### **V – ACTIVIDADES ANTERIORES**

##### **a) Anterior actividade docente**

- Docente na Faculdade de Direito de Lisboa (FDL) (1994-99);
- Docente na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (FDUNL) (desde 2003);
- Professor de Justiça Constitucional, no 1.º Programa de Doutoramento em Maputo organizado pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa e pelo ISCTEM (Instituto Superior de Ciências e Tecnologias de Moçambique – Escola Superior de Direito), 2008;
- Professor de Contratos Públicos no *MLM – Master in Law and Management*, organizado pela FDUNL e pela Nova School of Business and Economics, 2010-2015;
- Orador em diversos seminários, conferências e pós-graduações, em Portugal e no Estrangeiro (Brasil, Espanha, Costa Rica, Peru, Reino Unido) sobre temas de Direito Público e/ou de Arbitragem Internacional.

##### **b) Anterior actividade profissional**

- Estágio de advocacia na Sociedade de Advogados PLMJ – A.M. Pereira, Sáragga Leal, Oliveira Martins, Júdice e Associados, sendo patrono o Dr. José Miguel Júdice (1995-97);
- Provas de Agregação à Ordem dos Advogados em 1998 (classificação de Muito Bom);
- Colaborador no Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros (PCM) (1995-1997);

- Adjunto Jurídico do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas – Ministério dos Negócios Estrangeiros (1997-1999);
- Colaborador do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça (2001-2002);
- Adjunto jurídico e Chefe do Gabinete da Secretária de Estado Adjunta do Ministro da Economia (2002-2003).
- Presidente da Comissão de Acompanhamento da Nova Lei das Rendias (2013)

## VI – LINGUAS

Inglês, Francês e Espanhol.

Alemão e Italiano (leitura e compreensão básica)

## VII – OBRAS PUBLICADAS

- Legística – Perspectivas sobre a concepção e redacção de actos normativos (em co-autoria), 2002;
- *In Vitro Veritas* – A Procriação Assistida na Constituição e na Lei, 2003;
- *Quem tem medo dos cavaleiros de lei reforçada?* Comentário ao acórdão do Tribunal Constitucional n.º 428/05, Jurisprudência Constitucional, n.º 7, 2005;
- *Providência cautelar e resolução fundamentada: The winner takes it all?* Comentário ao Acórdão do TCA – Sul de 13.10.2005, Cadernos de Justiça Administrativa, n.º 55, 2006;
- *Paul Laband e a crise orçamental Prussiana*, Estudos Jurídicos e Económicos em Homenagem ao Prof. Doutor António de Sousa Franco, 2006;
- *A Lei do Orçamento e a Constituição de 1976: As duas Heranças*, Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Marcello Caetano, 2006;
- Portuguese Law – an overview, (co-autoria), 2007;
- *A Lei por detrás do Orçamento – A questão constitucional da Lei do Orçamento*, (Dissertação de Doutoramento) 2007;
- *A Decisão de Contratar no novo Código dos Contratos Públicos*, Estudos de Contratação Pública I, 2008;

- *Tribunal de Contas, visto prévio e tutela jurisdicional efectiva? Yes, we can!*, Cadernos de Justiça Administrativa, n.º 71, 2008;
- *O reconhecimento e a execução de sentenças ICSID / CIRDI: Portugal à espera da primeira vez*, Estudos comemorativos dos 10 anos da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 2008;
- *O Provedor de Justiça e o Conselho de Estado*, O Provedor de Justiça – Novos Estudos, 2008;
- *O âmbito da competência disciplinar da Comissão para a Eficácia das Execuções*, Scientia Iuridica, tomo LVIII, 2009;
- *O Consentimento nas arbitragens internacionais (ICSID)*, publicado nos Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Sérvulo Correia, 2010;
- *A suspensão e a interrupção do prazo para a impugnação judicial de actos administrativos: vale a pena arriscar?*, Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Paulo Pitta e Cunha, 2010;
- *Treaty Claims, Contract Claims e Umbrella Clauses na arbitragem internacional de protecção de investimentos*, Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Carlos Ferreira de Almeida, 2011;
- *Os Actos Normativos*, e-book Constituição Revista, (Fundação Francisco Manuel dos Santos), 2011;
- *A Lei de Bases do Ambiente como lei de valor reforçado*, e-book A Revisão da Lei de Bases do Ambiente (Faculdade de Direito de Lisboa), 2011;
- *As Fronteiras do Direito Público e a arbitragem internacional de protecção de investimentos*, Scientia Iuridica, Tomo LX, n.º 326, 2011;
- *La anulación de sentencias CIADI: Corregir las sentencias o corregir las tendencias?* (co-autoria), Anuário Latino-Americano de Arbitraje, n.º 1 (Perú), 2011;
- *Os Eléctricos de Marselha não chegaram a Sintra: O Tribunal de Contas e os limites à modificação dos contratos*, Revista dos Contratos Públicos, n.º 3, 2011;
- *Tratado de Lisboa Comentado* (co-autoria), 2012;
- *La Regulación Económica. En Especial la Regulación Bancária: Conclusões*, Actas del IX Congreso Hispano-Luso de Derecho Administrativo (Córdoba), 2012;

- *A Arbitragem ICSID continua a surpreender: os casos SGS v. Paquistão, SGS v. Filipinas e SGS v. Paraguai – três faces da mesma moeda?*, Estudos em Homenagem a Miguel Galvão Teles, 2012;
- *A anulação de sentenças ICSID: Corrigir as sentenças ou corrigir as tendências?* (co-autoria), Arbitragem – Temas Contemporâneos (coord. Selma Ferreira Lemes e Inez Balbino) (Brasil), 2012;
- *Arbitragem ICSID e desenvolvimento económico dos Estados*, Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Gomes Canotilho, 2012;
- *Orçamento*, publicado na Enciclopédia da Constituição, 2013;
- *Providências cautelares, suspensões automáticas e resoluções fundamentadas: Pior a emenda do que o soneto?* Revista Julgar, n.º 26, 2015;
- *O “Salini Test” na arbitragem do ICSID: Still crazy after all these years*, Estudos em Homenagem ao Dr. Rui Chancerelle de Machete, 2015;
- *Arbitragem de Investimentos em Angola: Mito ou possível realidade?*, em Revista de Arbitragem Internacional de Angola, 2015;
- *Anotação ao acórdão Salini Costruttori S.P.A. and Italstrada S.P.A. v. Kingdom of Morocco*, em 100 anos de Arbitragem: os Casos essenciais comentados, 2016;
- *A (não) anulação da sentença SGS v. Paraguai e a anulação da sentença Occidental Petroleum v. Equador: qual será a Trendsetter?*, Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação, vol. VIII, 2016;
- *Lá vem o caso Yukos, que tem muito que contar*, Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação, n.º 9, 2016;
- *A sentença arbitral do ICSID no caso Dan Cake (Portugal) v. Hungria: “Piece of cake” ou também “Piece of change”?* Estudos em Homenagem ao Dr. Mário Esteves de Oliveira, 2017;
- *Créditos orçamentais, má técnica legislativa e um balão vazio, em vez de uma dotação orçamental – Comentário ao acórdão do STA de 23.06.2016 (proc. 1254/15)*, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 123, pág. 23 e segs., 2017.

- *O critério da nacionalidade e outras histórias, na arbitragem de investimentos*, Revista PLMJ Arbitragem, n.º 1, 2017;
- *A Arbitragem Internacional de Investimentos: A tradição já não é o que era*. XI Congresso do Centro de Arbitragem Comercial do Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, 2018.
- *O caso Achmea e a Arbitragem de Investimentos: E depois do fim? Comentário ao Caso C-284/16, Slowakische Republik v. Achmea B.V* (co-autor), Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação, n.º 11, 2018;
- *Um campo de golfe na China e uma arbitragem que não chegou a tempo: Comment to the Ansung Housing Co, Ltd v. Popular Republic of China case*, PLMJ Arbitration Review, n.º 2, 2018.
- *Quem tem duas nacionalidades pode ficar sem nenhum BIT: Comment to the Dawood Rawat Ltd v. Republic of Mauritius case*, PLMJ Arbitration Review, n.º 3, 2019
- *A arbitragem internacional de protecção de investimentos e a dupla nacionalidade: dois pode ser igual a zero?*. Revista @Pública, vol. 6, n.º 2, 2019
- *Só no final é que se descobriu que não havia por onde começar: Comentário ao caso Oded Besserglik v. República de Moçambique*, PLMJ Arbitration Review, 2020.
- *O Reconhecimento e a Execução das Sentenças do ICSID: Há sempre uma primeira vez!*, Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação, n. XIII, 2020;
- *A lei-travão revisitada e a lei do orçamento valorizada – Comentário ao Acórdão n.º 545/2021 do Tribunal Constitucional*, Revista Portuguesa de Direito Constitucional, n.º 1, 2021;
- *Arbitragem de Investimentos*, Enciclopédia Luso-Brasileira de Direito Internacional, 2022;
- *Treaty of Lisbon – article-by-article commentary on the European union Treaties* (co-autoria), 2022;

- *Quem guarda o guarda? O Tribunal Constitucional e o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos: o caso «Santos Calado e outros v. Portugal»*, Estudos em Homenagem à Professora Doutora Maria Helena Brito, 2022;
- Manual de Arbitragem Internacional de Proteção de Investimentos (publicação em 2024)

### VIII – PRÉMIOS E RECONHECIMENTOS

- Prémio do “Melhor Professor do ano” (eleição por parte dos alunos da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa) 2009 a 2018;
- Recomendado pelo Directório Internacional *Chambers Europe*, desde 2007;
- Recomendado pelo Directório Internacional *Legal 500*, desde 2010;
- Vencedor exclusivo do prémio *Client Choice Award* atribuído pelo Directório *International Law Office*, para o melhor advogado de Direito Público em Portugal (2011, 2012 e 2014);
- Vencedor (um dos 5 advogados portugueses) do prémio “40 Lawyers under forty”, atribuído pela Revista *Iberian Lawyer*, para os melhores 40 advogados da Península Ibérica com menos de 40 anos (2011);
- Vencedor (único português) do prémio (de entre os “40 lawyers under forty”) “Lex Nova Foundation Award”, que reconhece a “Outstanding Social Contribution” dos advogados da Península Ibérica (2011).
- Prémio do Corporate International Global Awards, para “Best Public Law Lawyer 2020”.

### IX – ACTIVIDADE DE INVESTIGAÇÃO

- a) “*Visiting Researcher*” durante o doutoramento e após o mesmo, nos seguintes centros de investigação:
  - Max-Planck-Institut für ausländisches und Internationales Privatrecht, Hamburgo (2000, 2002 e 2003);
  - Max-Planck-Institut für ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht, Heidelberg (2000 e 2002);
  - Universidade de Valência, Valência (2000);
  - Institute of Advanced Legal Studies (IALS), Londres (2001, 2009 e 2010);
  - London School of Economics (LSE), Londres (2001);

- Biblioteca CUJAS (Sorbonne), Paris (2001);
  - Biblioteca do Conselho Constitucional Francês, Paris (2001);
  - Biblioteca do Tribunal de Contas Italiano, Roma (2002);
- b) “*Visiting Fellow*” da Universidade de Cambridge (Lauterpacht Research Centre for International Law e Wolfson College), 2011/2012, para redacção de livro académico sobre arbitragem internacional de protecção de investimentos e Direito Público.